

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E
CONTABILIDADE

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A

Administração, Conselho Fiscal e Associados
ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, NBC ITG 2002/12 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 - Entidades sem Finalidade de Lucro.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

COFINS sobre receita de patrocínio

Conforme Notas Explicativas nºs 11 e 19, a Administração e seus assessores jurídicos entendem não serem contribuintes da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS sobre as receitas de patrocínio realizado por sócios mantenedores, no entanto, a partir de outubro de 2012 a associação passou a oferecer a tributação e realizar o recolhimento em juízo. Nossa opinião não foi ressalvada sobre esse assunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de julho de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Waldemar Namura Junior
Contador CRC 1 SP 154938/O-0

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	464.101	308.378	Obrigações trabalhistas e tributárias	8	32.928	24.160
Contas a receber	5	288.886	226.133	Contas a pagar	9	130.810	34.289
Despesas antecipadas	6	146.400	231	Provisão de férias		87.557	104.574
		<u>899.387</u>	<u>534.742</u>	Receita antecipada de associados e mantenedores	10	391.533	372.347
						<u>642.828</u>	<u>535.370</u>
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	11	401.870	310.968	Provisão para contingências	11	401.870	292.435
Imobilizado líquido	7	32.469	38.274			<u>401.870</u>	<u>292.435</u>
		<u>434.339</u>	<u>349.242</u>				
				Patrimônio líquido			
				Superávit (Déficit) acumulado	12	93.468	(139.381)
						<u>289.028</u>	<u>56.179</u>
Total do ativo		<u><u>1.333.726</u></u>	<u><u>883.984</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>1.333.726</u></u>	<u><u>883.984</u></u>
						<u>0</u>	<u>0</u>

As notas explicativas da Administração são partes integrante das demonstrações contábeis

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações do resultado dos exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas operacionais			
De contribuições de empresas mantenedoras, comissões, trabalhos voluntários associados e outras receitas líquidas	13	2.566.065	2.067.205
		<u>2.566.065</u>	<u>2.067.205</u>
Despesas			
Com pessoal	14	(886.449)	(891.296)
Com serviços de terceiros	15	(196.593)	(209.883)
Comerciais e marketing	16	(689.843)	(646.402)
Gerais e administrativas	17	(124.268)	(148.460)
Tributárias		(4.840)	(10.254)
Trabalhos voluntários	18	(456.187)	(156.475)
		<u>(2.358.180)</u>	<u>(2.062.770)</u>
Superávit antes do resultado financeiro		<u>207.885</u>	<u>4.435</u>
Resultado financeiro líquido		24.964	37.526
Superávit do exercício		<u><u>232.849</u></u>	<u><u>41.961</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações do resultado abrangente dos exercícios findos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

	2017	2016
Superávit do exercício	<u>232.849</u>	<u>41.961</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u><u>232.849</u></u>	<u><u>41.961</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávit (Déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	195.560	(181.342)	14.218
Superávit do exercício	-	41.961	41.961
Saldos em 31 de dezembro de 2016	195.560	(139.381)	56.179
Superávit do exercício		232.849	232.849
Saldos em 31 de dezembro de 2017	195.560	93.468	289.028

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	232.849	41.961
Itens que não representam movimentação no capital circulante		
Depreciação	8.777	12.403
Provisão para contingência	109.435	(30.372)
Superávit do exercício ajustado	351.061	23.992
(Aumento)/redução dos ativos		
Contas a receber	(62.753)	74.959
Outros créditos	-	20.100
Despesas antecipadas	(146.169)	9
Depósitos judiciais	(90.902)	(80.303)
Aumento/(redução) dos passivos		
Obrigações trabalhistas e tributárias	8.768	(33.958)
Contas a pagar	96.521	(33.157)
Provisão de férias	(17.017)	16.146
Receita antecipada de associados e mantenedores	19.186	(47.195)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais	158.695	(59.407)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(2.972)	(27.006)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(2.972)	(27.006)
Diminuição (aumento) no caixa e equivalentes de caixa	155.723	(86.413)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes		
Saldo do caixa e equivalentes no início do exercício	308.378	394.791
Saldo do caixa e equivalentes no final do exercício	464.101	308.378
Aumento/(diminuição) no caixa e equivalentes de caixa	155.723	(86.413)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

1. Contexto operacional

A Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade ou ("Entidade") é uma Entidade sem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção e a difusão de técnicas e metodologias de trabalhos relacionados ao desenvolvimento das Áreas Financeiras, Contábil e de Administração em Geral; promoção de intercâmbio intelectual entre seus associados; divulgação de informações de natureza técnica e científica relacionadas com as áreas de atuação descritas acima, e outras atividades que vierem a se tornar importantes face às mudanças tecnológicas e que venham ao encontro aos objetivos dos associados.

As demonstrações contábeis foram emitidas e aprovadas em 29 de Junho de 2018.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas nas Leis nºs 6.404/76, 11.638/07 e 11.941/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a NBC ITG 2002/12 - Entidades Sem Finalidade de Lucro, emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas; entre elas, aqueles referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como análise dos riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

(Em Reais)

(a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação.

(b) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contribuições a receber e outros recebíveis, caixas e bancos, assim como, contas a pagar e outras dívidas.

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

A Entidade tem os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento a curto prazo com liquidez imediata a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem as contribuições a receber e outros créditos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A Entidade não possui em aberto, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, transações com instrumentos financeiros derivativos.

(c) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

São avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras para negociação ou mantidos até o vencimento.

Contribuições a receber

São registradas ao custo (valores dos mantenedores, associados e eventos promovidos pela entidade) e quando aplicável incluem os encargos oriundos dos valores em atraso negociados.

Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização.

(d) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, utilizando-se as taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7.

(Em Reais)

É realizada, quando aplicável, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de "impairment"), com base no Pronunciamento Técnico CPC nº 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovado pela resolução NBC T 19.10, CFC n. 1.292 em 07 de outubro de 2010, a fim de avaliar a necessidade de serem constituídas eventuais provisões para redução ao valor recuperável.

(e) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

(f) Provisões para contingências

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são constituídas por valor considerado suficiente à cobertura de perdas nos processos judiciais de acordo com o CPC PME, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11.

(g) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratual ou legalmente.

(h) Apuração do resultado

As receitas e despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime contábil de competência do exercício.

As fontes de recursos para a manutenção da Entidade são as provenientes das contribuições de associados, mantenedores e eventos promovidos pela a mesma.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

(i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e a atualização dos depósitos judiciais e provisões para contingências. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias e atualização monetária das provisões para contingências.

(j) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Entidade goza de isenção de tributação pelo imposto de renda e contribuição social sobre o superávit por se tratar de uma entidade de classe sem fins lucrativos.

(k) Impairment

Uma perda de impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Caixa	1.000	1.000
Bancos:		
Bradesco S/A	402	12.484
Aplicações financeiras		
Santander (CDB-DI) - 92% CDI	439.436	243.700
Banco Itaú (CDB-DI) - 84% CDI	23.263	-
Renda Fixa Bradesco (CDB)	-	48.987
Renda Fixa Bradesco (INVEST PLUS)	-	2.207
	<u>464.101</u>	<u>308.378</u>

5. Contas a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Mantenedores	288.886	226.133
	<u>288.886</u>	<u>226.133</u>

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

6. Outros créditos

	2017	2016
Despesas a apropriar	146.400	-
	<u>146.400</u>	<u>-</u>

As despesas a apropriar refere-se a adiantamento realizado para Contrato de locação de apartamentos e espaço para eventos, firmado em 01 de novembro de 2017 com a empresa "Hotel Armação Porto de Galinhas" para o evento "20º Congresso ANEFAC", que será realizado no período de 17 a 20 de maio de 2018.

7. Imobilizado líquido

	Taxa anual de depreciação %	Custos	
		2017	2016
Imóveis	4	91.469	91.469
Móveis e utensílios	10	64.795	64.795
Máquinas e equipamentos	10	20.830	20.830
Equipamentos processamento de dados	20	104.351	101.379
Equipamentos telefônicos	10	6.507	6.507
Equipamentos de segurança	10	650	650
Sistemas/programas adquiridos	20	56.682	56.682
		<u>345.284</u>	<u>342.312</u>
Depreciação acumulada		(312.815)	(304.038)
		<u>32.469</u>	<u>38.274</u>

Movimentação de 2017

	2016		2017			
	Custo		Adições	Baixas	Transferência	Custo
Imóveis	91.469			-	-	91.469
Móveis e utensílios	64.795			-	-	64.795
Linhas telefônicas	6.507			-	-	6.507
Instalações equipamento seg.	650			-	-	650
Programas e sistemas inf.	56.682			-	-	56.682
Máquinas e equipamentos	20.830		-	-	-	20.830
Equipamento p/ proc. e dados	101.379	2.972		-	-	104.351
	<u>342.312</u>	<u>2.972</u>		-	-	<u>345.284</u>
Depreciação	(304.038)	(8.777)		-	-	(312.815)
Total	<u>38.274</u>	<u>(5.805)</u>		-	-	<u>32.469</u>

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

Movimentação de 2016

	2015		2016		
	Custo	Adições	Baixas	Transferência	Custo
Imóveis	91.469	-	-	-	91.469
Móveis e utensílios	64.795	-	-	-	64.795
Linhas telefônicas	6.507	-	-	-	6.507
Instalações equipamento seg.	650	-	-	-	650
Programas e sistemas inf.	29.676	27.006	-	-	56.682
Máquinas e equipamentos	20.830	-	-	-	20.830
Equipamento p/ proc. e dados	101.379	-	-	-	101.379
	<u>315.306</u>	-	-	-	<u>342.312</u>
Depreciação	(291.635)	(12.403)	-	-	(304.038)
Total	<u>23.671</u>	<u>14.603</u>	-	-	<u>38.274</u>

8. Obrigações trabalhistas e tributárias

	2017	2016
PIS a recolher s/ folha de pagamento	832	756
IRRF a recolher	11.761	10.611
FGTS a recolher	5.211	5.076
INSS a recolher	14.814	7.112
Tributos retidos na fonte a recolher	226	303
Cofins a recolher	84	302
	<u>32.928</u>	<u>24.160</u>

9. Contas a pagar

	2017	2016
Armação Convention	87.840	-
Outras contas a pagar	42.970	34.289
	<u>130.810</u>	<u>34.289</u>

10. Receita antecipada de associados e mantenedores

Contribuições pagas antecipadamente por associados da entidade e mantenedores, que serão realizadas até o término do exercício seguinte, bem como inscrições pagas antecipadamente do 20º Congresso da Anefac que será realizado em maio de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão para contingencia provisionada está relacionada a riscos tributários, conforme demonstramos a seguir:

	2017	2016
Tributária	<u>401.870</u>	<u>292.435</u>
	<u>401.870</u>	<u>292.435</u>

Em 04 de outubro de 2012 a Entidade entrou com ação movida contra a União Federal por meio do processo 0017859-23.2012.403.6100 com o intuito de afastar a incidência da COFINS sobre as receitas derivadas de suas atividades próprias, assim estendidas como aquelas descritas em seu Estatuto como necessárias, auferidas para consecução de suas atividades, desde a entrada em vigor da Medida Provisória 1807-6/99 com redação mantida pela MP nº 2.158-35, ora vigente, afastando-se as restrições posteriormente impostas pela Instrução Normativa 247/2002.

Em 12/09/2013, a ação foi julgada como improcedente em 1ª instância, foram apresentados embargos a declaratórios requerendo que o juiz se manifestasse sobre os documentos juntados pelo autora, foi negado provimento, dessa forma em 06/11/2013, a autora interpôs recurso de apelação pleiteando a anulação da sentença, no entanto foi negado o recurso, diante deste fato em 25/05/2015 em face ao acórdão proferido pelo TRF, foi determinado que sobrestamento do efeito até o trânsito em julgado de decisão nos RE's nºs 598.085/RJ e 672.215/CE, que versam sobre a matéria na presente demanda. Apresentamos petição informando que o sobrestamento é dispensável, tendo em vista que a matéria discutida nestes recursos referem-se à Sociedade Cooperativas. Esta petição aguarda análise pelo TRF3.

A Entidade efetuou a provisão para prováveis contingencias do recolhimento da COFINS referente ao período de outubro de 2012 a dezembro de 2017 na mesma proporção ao recolhimento dos depósitos judiciais.

Para o período prescricional anterior a outubro de 2012 não foi constituída a provisão da COFINS e depósito judicial;

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

As movimentações das provisões para contingências e depósitos judiciais estão demonstradas a seguir:

	Tributária	Total	Depósitos judiciais
Saldos em 31 de dezembro de 2016	292.435	292.435	310.968
Depósito	-	-	59.664
Rendimentos	-	-	31.238
Complemento de provisão	109.435	109.435	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>401.870</u>	<u>401.870</u>	<u>401.870</u>

12. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio líquido inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos.

O superávit acumulado será destinado à manutenção das atividades, para atender dispositivos legais vigentes e continuidade da Entidade.

Quando for verificada a impossibilidade de continuidade das atividades da Entidade, poderá esta ser dissolvida.

Seus bens serão doados a uma entidade congênere ou fins filantrópicos reconhecidos como de utilidade pública, indicada pela maioria dos Associados presentes na assembleia que deliberou a extinção.

13. Receitas operacionais

	2017	2016
Patrocínios	928.858	546.300
Mantenedores	632.832	713.151
Eventos	176.704	268.851
Contribuições de associados	250.594	225.522
Congressos	230.351	218.676
Trabalhos voluntários (*)	456.187	156.475
(-) Cofins sobre receita	(109.435)	(61.770)
(-) ISS sobre receita	(26)	-
	<u>2.566.065</u>	<u>2.067.205</u>

(*) Saldo detalhado na nota explicativa nº 18.

ANEFAC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS EXECUTIVOS DE FINANÇAS, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

14. Despesas com pessoal

	2017	2016
Salários	(547.356)	(557.198)
Encargos sociais	(181.943)	(190.024)
Benefícios	(157.150)	(144.074)
	<u>(886.449)</u>	<u>(891.296)</u>

15. Despesas com serviços de terceiros

	2017	2016
Serviços gráficos	(81.255)	(84.800)
Serviços de assessoria	(53.319)	(55.654)
Serviço de informática	(28.473)	(30.480)
Serviços de consultoria	(5.937)	(8.220)
Serviços de Auditoria	(15.581)	(16.914)
Outros serviços (menores de R\$ 15.000)	(12.028)	(13.815)
	<u>(196.593)</u>	<u>(209.883)</u>

16. Despesas comerciais e marketing

	2017	2016
Feiras, promoções e eventos	(687.624)	(642.662)
Outras despesas	(2.219)	(3.740)
	<u>(689.843)</u>	<u>(646.402)</u>

17. Despesas gerais e administrativas

	2017	2016
Utilidades e serviços públicos	(20.898)	(30.343)
Locações	(24.134)	(21.543)
Material de consumo geral	(17.201)	(27.588)
Seguros	(1.107)	(933)
Depreciação	(8.777)	(12.324)
Viagens nacionais	(15.669)	(23.238)
Condução e taxi	(4.771)	(5.132)
Outras despesas (menores de R\$ 10.000)	(31.711)	(27.359)
	<u>(124.268)</u>	<u>(148.460)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

18. Trabalhos voluntários

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012 que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade.

- a) Durante o ano de 2017 foram revisados diversos processos na área comercial, administrativa e financeira que demandou mais horas da Presidência e da vice-presidência administrativa financeira.
- b) No ano de 2017 foram consideradas as horas de trabalho voluntário no congresso Anefac e no evento do troféu transparência, nos anos anteriores não foram computadas, bem como, em 2017 as horas foram revisadas e computadas com maior precisão.
- c) Quanto a diretoria executiva, foi realizado um estudo sobre os eventos de 2017, e foram consideradas as horas dos palestrantes e da diretoria executiva na organização dos eventos, que não eram apuradas em exercícios anteriores.

Estes ajustes foram realizados em 2017 para uma visão mais próxima da realidade da associação. A taxa horária não sofreu alteração uma vez que não houve valor relevante inflacionário.

Durante o exercício de 2017 foi registrado para a execução das atividades da Entidade um total de 2.061 horas, totalizando R\$ 456.187 (no exercício de 2016 foram registrados 571 horas, totalizando R\$ 156.475):

Piso	Ano	Valor Hora	Horas Voluntárias	Valor Voluntariado 2017
Presidentes	2017	281	294	82.679
Conselheiros	2017	482	259	124.908
Diretores	2017	165	1508	248.600
				<u>456.187</u>

Piso	Ano	Valor Hora	Horas Voluntárias	Valor Voluntariado 2016
Presidentes	2016	281	154	43.308
Conselheiros	2016	482	140	67.518
Diretores	2016	165	277	45.649
				<u>156.475</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

19. Tributos

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que apresentando superávit em suas contas destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da entidade, desde que atendidas as demais condições legais.

A Entidade enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da entidade, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Entidade.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o seguinte: (a) Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos; (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS - pagamento integral das contribuições devidas e (c) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS - contribuição de 7,6% incidente sobre as receitas de comissões e patrocínios (não é considerado para fins de tributação o patrocínio realizado por sócios mantenedores).

Quanto à Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou recursos recebidos de terceiros, destinadas ao custeio e manutenção da instituição e execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A administração da Entidade entende que todas as receitas auferidas, com exceção das comissões e patrocínio (exceto os patrocínios realizados por sócios mantenedores), inclusive, decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em Reais)

A entidade passou oferecer a tributação do COFINS sobre receita com patrocínio (exceto os patrocínios realizados por sócios mantenedores) no exercício de 2011 e não constituiu provisão para a referida contribuição referente aos exercícios anteriores sujeitos ao período prescricional.

Em 04 de outubro de 2012 a Entidade em ação movida contra a União Federal por meio do Processo nº 0017859-23.2012.403.6100 passou a oferecer a tributação e recolhendo em juízo, em 31 de dezembro de 2017 foram tributados R\$ 360.635 (período de outubro de 2012 a dezembro de 2017), com atualização trazendo o montante de R\$ 401.870.

As declarações de rendimentos da Entidade estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos.

20. Seguros (não auditados)

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 372.680 mil para danos materiais, de acordo com a apólice de Seguro da Sompó Seguros - nº 1.180.001.342 com vigência de 29/03/2017 a 29/03/2018, sendo considerada suficiente pela Administração para potenciais perdas.

21. Eventos substantivos

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como, as operações da Entidade.